



LITERATURA E POLÍTICA

Daise Lilian Fonseca Dias
 Universidade Federal de Campina Grande
 daiselilian@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar aspectos das relações entre a literatura e a política, desde questões em que a política assume um protagonismo, sobretudo pela centralidade que figuras de grande vulto de tal cenário ocupam, conforme observa-se em textos clássicos da literatura grega, a exemplo de *A odisseia*, de Homero e *Édipo Rei*, de Sófocles, a debates de natureza pós-coloniais, como pode-se perceber na peça subversiva *Spreading the News*, de Lady Gregory, ao questionar a presença de um magistrado inglês a serviço dos ingleses em solo irlandês, enquanto espaço anexado indevidamente. Neste cenário, é possível perceber também a postura adotada por certos autores ao tratarem de tal temática que pode assumir um caráter delicado, a depender do contexto histórico, como é o caso de Shakespeare e sua opção por situar a maior parte de suas tragédias de temáticas políticas fora da Inglaterra, visando eximir-se de desdobramentos negativos contra sua pessoa e obra, em virtude das tensões partidárias de seu país. Este exemplo apresenta-se como oposto ao engajamento político adotado por Emile Zola, em seu emblemático texto *J'accuse: carta ao presidente da república*, publicado em um jornal francês, destinado ao mandatário da sua nação, advogando o caso Dreyfus, cuja repercussão entraria para os anais dos debates sobre o impacto político do posicionamento de um escritor renomado em defesa de um condenado político injustiçado, tornando-se ele mesmo um condenado pelo Estado, acusado de subversão. Este artigo visa, portanto, discutir estas e outras implicações, tendo como base, os pressupostos crítico-teóricos de Candido (2014), Gonçalves (2018), Calvino (1999), dentre outros.

Palavras-chave: Literatura, política, pós-colonialismo.

Introdução

Este artigo busca discorrer sobre a relação entre política e literatura, através, por exemplo, da peça *Macbeth* (1606), de William Shakespeare. Um dos objetivos centrais é discutir sobre as relações de poder, em obras literárias que retratam tais temáticas, com ênfase também para a postura política de determinados autores e o alcance de suas obras no cenário político de suas nações.



Questões de política e o universo literário

Um conhecido *slogan* feminista da década de 1970 abalou a sociedade (americana) ao defender que “o pessoal é político” e se espalhou pelo mundo. Por si só, tal afirmação permite que se debata a questão nos mais variados pontos de vista, porém, o significado da palavra “política” apresenta-se como um fator importante a ser pensado, uma vez que, fugindo do senso comum, pode-se tentar compreender o alcance do posicionamento que ela enseja. De acordo com Abbagnano (2000, p. 773), política diz respeito: “1º a doutrina do direito e da moral; 2º a teoria do Estado; 3º a arte ou a ciência do governo; 4º a o estudo dos comportamentos intersubjetivos”.

No que tange à relação entre política e literatura, ela não é nova. Em *A República* (370 a.C), Platão mostra que Sócrates expulsou os poetas daquela sociedade idealizada e, portanto, vista hoje como utópica, em razão do poder que a arte tem para interferir no universo da política, sobretudo se houver autonomia para tal.

O temor que certos governantes demonstram em relação ao poder que a literatura tem para promover a conscientização é debatido no conto “The new utopia” [A nova utopia], de Jerome K. Jerome, uma obra que antecipa o que viria a ser um novo subgênero apenas no século XX, a distopia. Em seu receio pelos desdobramentos negativos de um possível regime comunista na Inglaterra, o autor imagina uma sociedade reprimida, sobretudo em relação à produção, divulgação e circulação de livros, uma arma de mobilização das massas, reprimida pelo governo socialista.

Por outro lado, a literatura pode servir para fins políticos de impérios e regimes, como no caso da literatura colonial e da literatura de propaganda política do regime socialista na antiga União Soviética, e do regime nazista, na Alemanha. Em tais contextos, por outro lado, autores dissidentes e suas obras eram vistos como prejudiciais aos ideais políticos vigentes, de sorte que eram banidos, ao passo que outros que se dispunham a escrever em favor de tais regimes, eram mantidos por tais governos, como aconteceu inclusive com o cinema alemão à época do nazismo.

Em 1933, renomadas figuras do campo da literatura e da psicanálise, tais como, Thomas Mann e Sigmund Freud, dentre outros, foram perseguidos ao ponto de terem seus livros queimados em praça pública, na Alemanha. O poeta nazista Hanns Johst foi um



dos que justificou a queima dos livros (desses e de outros autores), logo depois da ascensão do nazismo ao poder, apontando para a algo que ele via como algo necessário para a promoção de uma radical purificação da literatura daquele país de questões que ele entendia que poderiam alienar a população. Em contrapartida, o poeta Heinrich Heine, cunhou a famosa expressão: "Onde se queimam livros, acaba-se queimando pessoas", o que de fato ocorreu durante o Holocausto.

É importante considerar que, de acordo com o poeta americano, radicado na Inglaterra Ezra Pound (1970, p. 71 *apud* MONTEIRO, 2016, p. 2), “os artistas são como antenas de suas épocas. Eles captam os acontecimentos de suas épocas e os refletem em suas obras,” sobretudo porque escrevem sobre seu contexto social, retratando-o, a exemplo de *Os miseráveis* (1862), de Victor Hugo, romance que aborda a luta de classes em meio a um regime de governo opressor. Por outro lado, há autores que, diferentemente, não discutem abertamente a realidade política de sua nação, mas a criticam ao propor a formação de uma sociedade perfeita, como em *Utopia* (1516), de Thomas Morus, obra que deu origem ao gênero que leva o seu nome. Esta questão diz respeito ao aspecto social das obras literárias.

No caso das Literaturas Feministas, seu engajamento político promove o descentramento da suposta universalidade da literatura de autoria masculina, enquanto as Literaturas pós-coloniais, por seu turno, fomentam o descentramento da visão eurocentrista, como se vê em *Vasto mar de sagasso* (*Wide Sargasso Sea*, 1966), da jamaicana de origem inglesa, Jean Rhys, uma reescrita pós-colonial do clássico inglês *Jane Eyre* (1847), obras que também permitem uma leitura feminista.

Nesse cenário, convém frisar que Antônio Candido (2014), ao tratar da crítica literária, destaca que ela se interessa pelo valor estético dos textos literários, bem como pelas operações formais que revelam a singularidade de cada obra e sua independência da realidade extratextual. Porém, ao discorrer sobre sociologia da literatura, o autor pontua que ela, por sua vez, se debruça sobre a origem social dos autores, assim como pelas relações entre as obras e as ideias que elas debatem, e ainda pelo quanto da realidade extratextual cada obra retrata, como por exemplo, a influência da sociedade nelas, em se tratando de questões de natureza tanto políticas quanto sociais e econômicas. Isto aponta



para uma relação dialética entre a sociedade e a literatura, as quais se retroalimentam ao exercerem uma influência recíproca.

Não se pode esquecer que a literatura pode ser utilizada como um instrumento político, especialmente quando produzida visando atingir transformações políticas e sociais, a exemplo do teatro feminista de Susan Glaspell (*Trifles/Bagatelas*, 1916), e do teatro de orientação marxista de Clifford Odets (*Awake and sing*) e Arthur Miller (*Death of a salesman/A morte do caixeiro viajante*, 1949), e romances de John Steinbeck (*As vinhas da ira/The grapes of wrath*, 1939), os quais tiveram suas obras censuradas em virtude das denúncias que apresentam contra a opressão de gênero e classe, respectivamente. Por outro lado,

os episódios da Odisséia, cantados nas festas gregas, reforçavam a consciência dos valores sociais, sublinhavam a unidade fundamental do mundo helênico e a sua oposição ao universo de outras culturas [...]estabeleciam entre os ouvintes uma comunhão de sentimentos que fortalecia a sua solidariedade, preservavam e transmitiam crenças e fatos que compunham a tradição da cultura (CANDIDO, 2014, p. 55-56).

Esta questão assemelha-se aos romances de Jane Austen, que são vistos por Said (2003), como responsáveis por ensinar os ingleses a serem ingleses, conforme também se observa nas discussões de Raymond Williams em seu livro *Comunidades imaginadas*. Neste caso, o ponto central é a função social da literatura que envolve:

o papel que a obra desempenha no estabelecimento de relações sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de uma certa ordem na sociedade (CANDIDO, 2014, p. 55).

Tal aspecto aponta para a vida em comunidade e, portanto, para manifestações mais coletivas do que mesmo individuais ou pessoais, sobretudo porque o artista assume o papel de porta-voz de toda a sua comunidade.

Ora, por um lado, quando se pensa no contexto literário de um movimento como o Realismo, por exemplo, sabe-se que esta estética notabilizou-se pela utilização de uma linguagem mais próxima da realidade, isto é, com as peculiaridades próprias do falar de



cada classe social, característica que serviu para a promoção de denúncias de injustiças sociais, como pode ser visto no romance *Esau e Jacó* (1904), de Machado de Assis, o qual retrata a política do Brasil no contexto da mudança do regime imperial para o republicano. Esta obra mostra o cenário da Proclamação da República por meios dos irmãos gêmeos, os quais simbolizam ambos os regimes. *Dom Casmurro* (1889), por sua vez, retrata o Brasil Império, bem como as relações familiares, a importância da religião católica, casamentos arranjados, ou seja, a obra oferece um panorama político-religioso da nação, ao enveredar por dois dos seus pilares mais fortes, a família e a religião.

Por outro lado, quando se reflete sobre o que veio a ser conhecido como Literatura engajada, cujo expoente máximo é o francês Jean Paul Sartre, observa-se um compromisso, por parte dos adeptos, com temáticas sociais, políticas, morais e, inclusive, psicológicas, grupos dominantes *versus* grupos dominados e *vice-versa*. *A cabana do pai Tomás* (*Uncle Tom's Cabin*, 1852), de Harriet Beecher Stowe e a Guerra Civil Americana (1861-65) é um caso clássico do que se pode chamar de literatura proto-engajada, uma vez que mudou a mentalidade americana sobre as relações raciais e inspirou a deflagração da referida guerra, na qual buscou-se, inclusive, a libertação dos escravizados, fato consumado ao final do conflito.

Nessa esteira, Literaturas de minorias, como por exemplo, a Afro-Americana, a Literatura Negra Inglesa, a Asiático-Americana, a Literatura Chicana, a Literatura Judaico-Americana, literaturas feministas, literaturas pós-coloniais etc, tem-se a comprovação de que a literatura promove mudanças sociais e políticas, inclusive ao dar voz aos subalternos, combatendo o silenciamento que é uma arma poderosa dos que detém o poder.

Nessa toada, diz-se que Ezra Pound afirmou, certa vez, que a poesia não fazia nada, mas a ficção de vez em quando sim, sobretudo pelo alcance da repercussão que certos romances tiveram na sociedade. Os romances de Charles Dickens, *Oliver Twist* (1838), *A Christmas Carol* (1843) e *David Copperfield* (1850), por exemplo, podem não ter promovido mudanças concretas na vida de crianças pobres inglesas que viviam nas ruas de Londres, muitas delas como membros de gangues, no contexto da Era Vitoriana e da Revolução industrial, mas despertaram o público-leitor para a questão do trabalho infantil e das gangues infantis que se proliferaram na capital do império.



O engajamento político de autores é motivo de debate por muitos, antes mesmo que o termo Literatura Engajada se tornasse célebre. Kant, em *Crítica do juízo*, em pleno século XVIII, defendia que a arte deveria ser desinteressada, pois segundo ele, “o verdadeiro Juízo crítico afastava o interesse” (GONÇALVES, 2018, p. 51). Contudo, “a política se constrói por interesses que geram negociações, trocas, ganhos e perdas”, por tal razão, “é necessário cuidar que a literatura não está imune a isto, seja no texto literário, a ficção propriamente dita, seja no aspecto exterior ou físico da autoria” (GONÇALVES, 2018, p. 51).

Ainda assim, deve-se considerar que

a política é um modo de ação conciliatório e consensual de legitimação de poder, no qual um grupo de indivíduos, que se faz social, tem para si o domínio sobre as decisões que envolvem outros grupos representados ou não institucionalmente. Na prática, é uma ação de poder permanente entre grupos que dominam outros grupos (GONÇALVES, 2018, p. 51).

Esta questão está posta de forma magistral no romance distópico *A revolução dos bichos* (*Animal Farm*, 1945), de Orwell, o qual reflete sobre a realidade de grupos oprimidos que chegam ao poder, em ambiente de mudança de regime de governo, como os comunistas e sua tomada de poder na antiga União Soviética.

Nesse sentido, considerando o âmbito da esfera das negociações, a literatura tem na política ou no seu exercício, uma possibilidade de articulação (GONÇALVES, 2018). A este respeito, Sartre defendia que toda ação envolve, necessariamente, uma escolha, eis por que esta liberdade de escolha nos faz ser seres políticos, como é o caso de “J’accuse” (1898), de Zola. Nesse sentido, “a literatura se revela política mesmo quando não se mostra como tal. O ato de não ser político é um ato político, de negação, porém, ato político” (GONÇALVES, 2018, p. 52).

Ao tratar da impossibilidade de um artista ser alguém apolítico, Mario de Andrade vaticinou:

Acho que o artista, mesmo que queira, jamais deverá fazer uma arte desinteressada. O artista pode pensar que não serve a ninguém, que só serve à Arte, digamos assim. Aí está o erro, a ilusão. No fundo, o artista está sendo um instrumento nas mãos dos poderosos. O pior é que o artista



honesto, na sua ilusão de arte livre, não se dá conta de que está servindo de instrumento, muitas vezes para coisas terríveis' (BARBOSA, 1974, p. 10 *apud* GONÇALVES, 2018, p. 52).

Seria possível separar o ser político do ser literário ou o ser social do ser político? Shakespeare, por exemplo, ao escrever *Romeu e Julieta* (1597), não estava debatendo apenas o amor proibido entre dois jovens, na verdade, ele estava tratando de questões políticas (a ordem política, a configuração das famílias atravessadas por temáticas de natureza política).

Na França, Rousseau escreveu *O contrato social* (1792), obra de essência filosófica na qual trata da questão da teoria da abolição da escravidão. Na verdade, esta obra não prega o fim da escravidão, embora em outras, inclusive literárias, ele defenda a ideia do livre arbítrio e de que o homem nasce livre, embora esteja acorrentado por onde quer que ande.

No caso da Irlanda, escritores trataram da perda da identidade local e o crescimento das diferenças sociais, graças às ações imperialistas inglesas sob a nação, na condição de primeira colônia inglesa. William Butler Yeats and Sean O'Casey, por exemplo, dedicaram-se a retratar e a criticar os muitos problemas sociais daquele país em suas obras, sobretudo ao advogarem a necessidade de independência cultural dos ingleses. Em seu poema "September 13", Yeats se volta para os problemas sociais da classe média. Este poema lembra ao leitor um ataque ocorrido em Dublin contra o Irish Labour Movement. Já em seu poema "Easter 1916", ele aborda a questão da Easter Rising e assume seu compromisso com a política social posta em prática no seu país.

A ideia de uma Literatura de Protesto na Irlanda diz respeito à convicção de que escrever é um ato de engajamento social e, por tal razão, o escritor deve tratar de problemas sociais nos seus escritos. Eis por que o Irish Labour Movement esteve tão ligado à literatura. Inclusive, Yeats and Lady Gregory trabalharam arduamente para proteger trabalhadores contra abusos de seus patrões. Foi pelo uso da escrita crítica que esses autores buscaram o desenvolvimento de políticas trabalhistas que atentassem para o bem da classe trabalhadora. Assim,



A literatura é necessária para a Política acima de tudo quanto dá voz a aquele que não tem uma voz, quando dá nome a aquele que não tem nome, e especialmente a todos que a linguagem política exclui ou tenta excluir [...] A literatura é como um ouvido que consegue ouvir mais que a Política; a Literatura é como um olho que pode perceber além da escala cromática à qual a Política é sensível (CALVINO, 1999, p. 34).

Com relação à representação dos excluídos, a literatura reconhece aqueles que a política parece não perceber, e representa os politicamente sem voz e sem nome, à margem da política, de sorte que é uma necessidade para a sociedade. Disto pode-se dizer que o artista pertence a um tipo de percepção mais sensível: “é como um olho...e percebe mais que a política” Ou seja, o artista possui uma espécie de acuidade perceptiva aparentemente maior para, por exemplo, representar os excluídos.

Na verdade, o indivíduo está, pode-se dizer, na essência da literatura: uma vez que ela se concentra no indivíduo, por tal razão, parece estar a serviço dele, ao passo que a política deveria estar, pelo menos em regimes democráticos, mas nem sempre é o que acontece, como é o caso do romance americano *As vinhas da ira* (1939).

Aparentemente, a política parece perceber o povo como uma coletividade, daí a força dos lobistas e das comunidades organizadas para reivindicar direitos. Indivíduos de fora de grupos organizados não costumam ter sua voz ouvida. Contudo, a literatura é produto construído de um indivíduo acerca de outros, uma vez que o indivíduo é a matéria, o assunto da literatura. Por tal razão, retrata o ser humano nas suas múltiplas variações e celebra sua diversidade, a exemplo das obras da Beat Generation *On the road* (1957) e “The howl” (1956), no século XX.

Shakespeare e a política (em *Macbeth*)

William Shakespeare é um autor dos mais importantes no contexto da temática em foco, sobretudo pelo conjunto de sua obra destacar discussões políticas das mais importantes para seu tempo, bem como para os séculos subsequentes. Ele viveu em um dos períodos de maior efervescência política de seu país e do mundo, a Era Elizabetana (1558-1603), cuja monarca que deu nome ao referido contexto histórico assistia as peças do autor, a maioria das quais abordava a temática da política, uma vez que, na ampla



maioria dos casos, ele adotava o modelo aristotélico de heróis, ou seja, eles eram da realeza. O autor também foi alvo de outra honraria: com a ascensão do rei escocês, James I, ao trono da Inglaterra, Shakespeare tornou-se, mais uma vez, figura admirada e respeitada pelo monarca.

No tocante a, *Macbeth*, por exemplo, esta peça trata da luta de poder pelo trono da Escócia, cujo rei, Duncan, é assassinado para que seu algoz (um dos nobres e líderes do seu exército) Macbeth, assumo o posto. Bloom (1998, p. 638) defende que o que move o casal de protagonistas, no caso, Macbeth e sua esposa, Lady Macbeth, “é o desejo pelo trono”, e isto o leva à uma “ansiedade apocalíptica” que culmina na catástrofe de sua administração e na desintegração moral e física do casal, dominado pela loucura, em razão do tormento que a própria ação violenta e traiçoeira lhes legou. Ao decapitar Macbeth, instaurador de um verdadeiro reino de terror e perseguição política na Escócia, “Macduff, na figura do vingador, proclama: ‘A pátria é livre’” (BLOOM, 1998, p. 659).

Esta obra traz no seu bojo mais um herói-vilão de Shakespeare (BLOOM, 2000), isto é, Macbeth, uma figura política de renome que opta pelo mal, em sua busca desenfreada pelo poder, fato que se reflete nos desdobramentos negativos de sua gestão e nos destinos da nação, no período do seu reinado, marcado pelo extermínio de desafetos políticos que lhe ameaçavam o trono, uma postura despótica que reflete a visão de política e de poder do protagonista.

Ousby (1998) destaca que Shakespeare constrói *Macbeth* (2002) visando agradar o novo monarca da Inglaterra, o escocês James I, eis porque se volta para a história da Escócia, ao retratar de modo positivo a figura de Banquo, um ancestral renomado dos reis Stuarts, do qual James era descendente. Além disso, a temática sobrenatural da peça era alvo de interesse do novo mandatário, fato que ilustra a sagacidade do autor, em busca de sobrevivência no difícil mundo da literatura em ambiente político complicado, como foi a era James I na Inglaterra. Ao retratar a terra natal do novo rei do seu país, o autor exalta aquela nação e apresenta a Inglaterra como aliada e não como nação opressora que, na verdade, o era em relação a Escócia, a qual foi e a ainda é, a segunda colônia inglesa.



Considerações finais

Quando se analisa a literatura à luz da perspectiva política observa-se o poder que ela tem tanto para alienar quanto para esclarecer os leitores. Sobretudo porque deve-se considerar o que o texto diz (e o que ele não diz, no caso, qual o impacto que os “vazios do textos” tem, de modo explícito ou não, sobre o leitor, bem como o peso de sua mensagem), o que o texto faz (neste caso, trata-se do poder que ele tem para manipular quem o lê, levando-o a concordar com o ponto de vista apresentado), e o que o texto significa (neste sentido, tem-se o que ele comunica, suas ideologias etc.).

Referências Bibliográficas

ABDALA-JUNIOR, Benjamim. *Literatura, história e política*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARENDT, Hanna. A dignidade da política: ensaios e conferências. In: ABRANCHES, A. (org). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.

ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BALDICK, Chis. *The concise Oxford dictionary of literary terms*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

BENJAMIM, Walter. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem dos homens. In: *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D’Água, 1992.

BLOOM, Harold *O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo*. Trad. de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001a.

BLOOM, Harold *Como e por que ler*. Trad. de José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001b.

BLOOM, Harold. *Shakespeare: a invenção do humano*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.



BRITO, José Domingos de. *Literatura e política*. São Paulo: Novera, 2007.

CALVIN, John. *The uses of literature*. 1999.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre Azul/Duas Cidades, 2004. P. 169-191.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014.

CIRLOT, J. E. *A dictionary of symbols*. London: Routledge, 1996.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para que?* Belo Horizonte: UFMG, 2009.

CUDDON, J. A. *The Penguin dictionary of literary terms and literary theory*. 4th edition.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol 1. Rio de Janeiro, 1994.

_____. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Vol 2. Rio de Janeiro, 1993.

GREGORY, Lady. Spreading the news. In: GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. *The Norton anthology of literature by women: the traditions in English*. New York: Norton & Company, 1996.

HOWE, Irving. *A política e o romance*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

HUTCHEON, Linda. *Moldando o pós-moderno: a paródia e a política*. In: *A poética do pós-moderno*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

IBSEN, Henrik. Um inimigo do povo. In: _____. *Seis dramas*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Porto, 1944.

MAQUIAVEL. *O príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 1998.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Editora Escala, 2007.

MONTEIRO, Flávia R. *O poder da coroa e o poder do anel: ressonâncias shakespearianas na literatura de fantasia de J. R.R. Tolkien*. Em tese, vol. 18, n. 2, jan-abr/2016.



MORUS, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ORWELL, George. *Politics and the English Language*: a collection of essays. New York: Doubleday, 1954.

_____. *Dentro da baleia e outros ensaios*. São Paulo: Principis, 2021.

OS PENSADORES. *Aristóteles*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

OS PENSADORES. *Platão*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

OS PENSADORES. *Sócrates*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

RAMOS, G. F. A representação do mal em Macbeth. In: *Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. Patos de Minas: UNIPAM, ano 1, 2008, pp. 20-31.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SILVA, Alexander Meireles. *Literatura inglesa para brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2005.

SHAKESPEARE, William. *A tempestade*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. New York: Penguin Books, 1994.

SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

SHAKESPEARE, William. *O rei Lear*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008.

SHAKESPEARE, William. *Julius Caesar*. New York: Penguin Books, 1994.

SHAKESPEARE, William. *Anthony and Cleopatra*. New York: Penguin Books, 1994.

SOFOCLES. *Édipo Rei*. In: SÒFOCLES. *Antígona, Ajax, Édipo Rei*. Editorial Verbo, s/d.

STEINBECK, John. *As vinhas da ira*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1956.